

O JORNAL COMO DOCUMENTO HISTÓRICO – BREVES CONSIDERAÇÕES

MÔNICA KARAWEJCZYK*

RESUMO

O objetivo deste artigo é fazer uma breve consideração teórica sobre o uso da imprensa, e de forma mais específica, do jornal, como fonte para os estudos históricos.

PALAVRAS-CHAVE: documento, história, imprensa, jornal.

ABSTRACT

This study is a brief theoretical consideration on the press, particularly the newspaper, as a source for historical studies.

KEYWORDS: document; history; press; newspaper.

Um dos meios mais eficazes para vehicular conhecimento ao povo é indiscutivelmente o jornal. Na actualidade serve de motor para generalizar a sciencia entre as classes trabalhadoras que, sem tempo disponível, sem recursos para compra de livros, podem ler nas páginas do seu diário artigos instructivos. Encontram-se hoje muitas pessoas cujos conhecimentos são hauridos quasi exclusivamente nos jornaes.

Correio do Povo, Porto Alegre, 21 maio 1931, p. 3.

A epígrafe que inicia este artigo¹ remete à importância assumida pelo jornal como veículo de informação. No excerto, pode-se ler que a imprensa é, muitas vezes, utilizada pela população como umas das maneiras (quando não a única) de se informar sobre o que se passa no mundo. Constatação do articulista nos idos dos anos de 1930, mas que bem poderia ter sido feita na atualidade do século XXI. Hoje, também, se não por outro motivo, pelo simples fato de esta ser uma maneira

* Doutoranda em História – UFRGS; bolsista CNPQ; monicaka@terra.com.br.

¹ Este artigo é baseado no segundo capítulo da minha dissertação de mestrado, intitulada *O voto da costela: o sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1935)*, orientada pela Prof.^a Dr.^a Sandra Brancato e defendida em janeiro de 2008, na PUCRS.

acessível e barata de se informar sobre o que acontece no mundo, grande parte da população busca a informação nas páginas de um jornal, ou nos noticiários do rádio e da televisão.

Outro fato incontestável é que os historiadores têm, cada vez mais, incorporado periódicos no seu arsenal de consulta, muitas vezes utilizando-os como fonte exclusiva. A esse respeito, diz Vavy Pacheco Borges:

parece-me interessante registrar que o pequeno uso da imprensa como fonte, apontado no início dos anos 1970 [...], inverteu-se completamente; nota-se hoje nos resumos [das teses e dissertações consultadas] um freqüente uso da imprensa, seja como meio fundamental de análises das idéias e projetos políticos, da questão social, da influência do Estado e da censura etc., seja como fonte complementar para a História do ensino, dos comportamentos, do cotidiano (apud DE LUCA, 2005: 130).

Entretanto, surgem alguns questionamentos sobre o uso dos periódicos como fonte e também uma reflexão sobre a aproximação entre a história e a imprensa, objetivo central deste artigo.

Como indica Jacques Le Goff, desde que a história cultural alçou todo e qualquer documento como fonte privilegiada para o conhecimento histórico, a incorporação de novas fontes pelos historiadores pôde ser constatada. O próprio conceito de *documento* sofreu profunda modificação de sentido. Em meados do século XX o termo ultrapassou o sentido mais convencional, de ser essencialmente um testemunho escrito, para ter um sentido mais amplo, em que, por exemplo, as imagens e os sons também foram alçados a tal categoria. Para Le Goff, “esse alargamento do conteúdo do termo documento foi apenas uma etapa para a explosão do documento que se produz a partir dos anos 60 e que levou a uma verdadeira revolução documental”, tanto qualitativa quanto quantitativa. E pondera:

a intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da própria posição da sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos “neutra” do que a sua intervenção. [...] [O documento] é antes de mais nada o resultado de uma montagem (consciente ou não) do historiador, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver [...] durante as quais continuou a ser manipulado (LE GOFF, 1990: 540-541).

Lynn Hunt, praticamente nos mesmos termos, chama a atenção quanto à questão da manipulação que os documentos sofrem antes de serem considerados como fontes. Assim,

os documentos que descrevem ações simbólicas do passado não são textos inocentes e transparentes; foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias para lê-los. Os historiadores sempre foram críticos com relação a seus documentos – e nisso residem os fundamentos do método histórico (HUNT, 2001: 18).

A partir de tais considerações, surge uma pergunta: quando, afinal, a imprensa começa a ser considerada como fonte pelos historiadores? Tania Regina de Luca informa que na década de 1970 “ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história no Brasil” (DE LUCA, 2005: 111). Os periódicos, e o jornal em particular, eram considerados, até então, como fontes não confiáveis, pois não teriam o critério de neutralidade, objetividade e mesmo de credibilidade, requisitos considerados básicos para que um documento fosse alçado à categoria de objeto de estudo pelo historiador. Tania de Luca observa que os jornais eram avaliados como *enciclopédias do cotidiano* (dando ênfase ao tom depreciativo que o termo pode assumir) e que “continham registros fragmentários do presente, realizados no influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas” (DE LUCA, 2005: 112).

Para Peter Burke, é com a renovação de temas e procedimentos metodológicos, advinda da redescoberta da história cultural – no anos 1970 – que se observa a valorização e mesmo incorporação de novas fontes, tais como a imprensa, até então negligenciada, e que passa assim a ser considerada como documento (BURKE, 2005: 7). Com tal valorização, é atribuído aos periódicos um espaço de credibilidade entre os historiadores e um lugar privilegiado como fonte de conhecimento do passado. É pela via da história cultural que os historiadores têm cada vez mais apresentado explicações para mudanças no mundo político.

Conforme Maria Helena Capelato,

a reconstituição das lutas políticas e sociais através da imprensa tem sido o alvo de muitas das pesquisas recentes. Nos vários tipos de periódicos e até mesmo em cada um deles encontramos projetos políticos e visões de mundo representativos de vários setores da sociedade (1988: 34).

Desse modo, uma das “vantagens” da leitura dos discursos expressos nos jornais parece ser exatamente a que permite acompanhar o movimento das idéias que circulam na época pesquisada, sendo uma *fonte de mil e uma utilidades*, para usar uma expressão de Capelato, que diz ainda:

o confronto das falas, que exprimem idéias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos.[...] Os jornais oferecem vasto material para o estudo da vida cotidiana. Os costumes e práticas sociais, o folclore, enfim, todos os aspectos do dia-a-dia estão registrados em suas páginas (CAPELATO, 1988: 34).

Contudo, o uso da imprensa como fonte pelos historiadores nem sempre foi acompanhado de uma revisão de métodos adequados para sua análise. Muitos dos trabalhos que buscam informações nos periódicos os utilizam apenas para ilustrar os fatos que estão em pesquisa, sem preocupação em definir claramente os métodos aplicados para a sua incorporação nos textos e nas pesquisas históricas.

Não se pode negar que, com o emprego de novas fontes na pesquisa histórica, surgiram novos problemas – por exemplo: qual a melhor maneira de se trabalhar com tais fontes? Como se pode “interrogá-las”? Numa das tentativas de sanar tais dúvidas, foi lançada, na década de 1970, na França, uma coletânea organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, intitulada *Faire de l’histoire*. Os três livros que formam tal coletânea receberam no Brasil os seguintes títulos: *História: novos problemas*; *História: novas abordagens*, e *História: novos objetos*. Entre outros temas propostos, essa coleção procurava discutir a entrada de novas fontes no manancial de documentos à disposição do pesquisador em ciências humanas. Na introdução da coletânea, os autores explicitam o objetivo do trabalho:

Obra coletiva e diversificada, pretende, no entanto, ilustrar e promover um novo tipo de história [...] desejamos mostrar as articulações entre os diversos caminhos da pesquisa histórica contemporânea [...]. A novidade parece-nos estar ligada a três processos: *novos problemas* colocam em causa a própria história; *novas abordagens* modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; *novos objetos*, enfim, aparecem no campo epistemológico da história (LE GOFF; NORA, 1976: 11-12).

A importância dessas obras pode ser constatada no sentido de que trouxeram, para a discussão historiográfica, uma nova percepção

de métodos para o tratamento das fontes históricas, acentuando a interdisciplinaridade e o uso de conceitos de outras disciplinas, tais como a linguística, a psicanálise, a antropologia e a sociologia, por exemplo. As discussões em torno do uso da imprensa como fonte pelos historiadores giravam, quase todas, no sentido de que os pesquisadores consideravam os periódicos como

meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador. Daí o amplo rol de prescrições que convidavam à prudência e faziam com que alguns só se dispusessem a correr tantos riscos quando premidos pela falta absoluta de fontes (DE LUCA, 2005: 116).

Para Tania de Luca, é somente a partir de 1970 que se pode observar, no Brasil, um crescente uso da imprensa como objeto de estudo, abordando temas desde a história dos próprios periódicos² até pesquisas que utilizam a imprensa como objeto. Nesse sentido, Peter Burke denota que, a partir da década de 1980, surgiu o que se convencionou denominar “Nova História Cultural”, trazendo para o arcabouço histórico uma grande variedade de temas que foram “descobertos e explorados com a ajuda de novos conceitos”³.

Nessa “redescoberta” da história cultural, tanto a idéia quanto o conceito de representação ganham um papel de ênfase na busca por novas explicações ou, como considera Burke, o conceito de representação “parece significar que imagens e textos simplesmente refletem ou imitam a realidade social” (BURKE, 2005: 97-99). Nota-se este tipo de ênfase no conceito de representação utilizado por Carlo Ginzburg, que o apresenta ressaltando o seu caráter ambíguo, e de pelo menos dois significados implícitos: “por um lado, a ‘representação’ faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença” (GINZBURG, 2001: 85). Também é a abordagem de Roger Chartier que, na década de 1990, apresenta o conceito de representação como um “instrumento de um conhecimento mediador que faz ver um objeto ausente através da substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar como ele é”

² Tal como os livros de SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966; e BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ibrasa, 1972.

³ Para Burke, mais que uma revolução, a assim chamada Nova História Cultural proporcionou uma reforma na forma como a história cultural era praticada até então, sendo mais correto considerar que ocorreu mais uma mudança de ênfase do que a ascensão de alguma coisa nova.

(CHARTIER, 1990: 20). Porém, alguns anos mais tarde, Chartier dá uma definição mais precisa de tal conceito e que, acredito, é o que vem melhor se adequar ao que quero aqui salientar, pois, segundo o autor,

é do crédito concedido (ou recusado) à imagem que uma comunidade produz de si mesma, portanto de seu “ser percebido”, que depende a afirmação (ou a negação) de seu ser social. O porquê da importância da noção de *representação*, que permite articular três registros da realidade: por um lado, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; por outro lado, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ver reconhecida; enfim, a delegação a representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada (CHARTIER, 2002: 10-11).

Da definição de Chartier pode-se inferir que os textos jornalísticos devem ser compreendidos como uma representação que deixa entrever a sociedade da época retratada e as atitudes ali introjetadas⁴. Do exposto acima, acredito que se pode concluir que é válido o uso de fontes jornalísticas para se fazer uma análise histórica, desde que, é claro, não se perca de vista o conceito de representação que elas possuem. Fazendo eco a essas considerações, diz Sandra Pesavento:

o campo do político tem demonstrado ser um dos mais ricos para o estudo das representações, [...] não seria demais falar em uma verdadeira revolução do político, trazida pela História Cultural. Sobretudo, o uso dos meios de comunicação de massa, lidando com efeitos de verdade e efeitos de real, operando cada vez mais com fazer crer, com imagens computadorizadas, ou discursos distanciados do real, mas que são legitimados e aceitos, com curso de verdade (PESAVENTO, 2004: 75-76).

Cabe agora fazer uma breve explanação sobre a forma como os historiadores têm incorporado à imprensa nas suas pesquisas e também tentar decifrar nessa apropriação as diferenças e semelhanças entre o trabalho do historiador e do jornalista.

⁴ Tal constatação levanta a questão sobre a recepção das idéias veiculadas no jornal, porém esse viés interpretativo, apesar de interessante, não será aqui explorado.

IMPRENSA E HISTÓRIA – USOS E ABUSOS DE TAL APROXIMAÇÃO

Uma vez que a imprensa tem sido cada vez mais incorporada como objeto de estudo pelos historiadores, como já ressaltado, cabe agora uma breve diferenciação entre o papel desempenhado pelo jornalista (aquele que redige a matéria) e o historiador (que lê a matéria muitos anos depois que foi escrita). Começemos com o jornalista Danton Jobim⁵, que, na sua exposição sobre o jornalismo e a história, argumenta:

Só um historiador, impregnado da atmosfera do tempo em que o artigo foi escrito, tendo bem presente as circunstâncias históricas em que se produziu, é que pode captar o eco das intensas vibrações sociais que porventura tenha provocado (JOBIM, 1992: 26) .

O jornalista move-se na realidade “de hoje”. [...] O jornalista fala aos seus contemporâneos, procurando retirar dos acontecimentos aquilo que supõe útil ao esclarecimento da conjuntura política e à causa que defende. Age como político, não como um filósofo (JOBIM, 1992: 28).

Ao se analisar com mais vagar tal afirmação, algumas questões surgem, tais como a forma como o jornalista lida com o acontecimento que quer transformar em notícia. Ele faz isso através do destaque que dá (ou que não dá) ao fato investigado, para conseguir angariar simpatias para a sua matéria, tal qual o faz um político. Isenta-se assim o jornalista de refletir sobre a “verdade” do fato, procurando antes de tudo dar a sua “versão” dos acontecimentos. Jobim, da mesma forma, diz:

o jornalista tem a “sua verdade”, uma verdade por assim dizer provisória e contingente, melhor ainda, uma hipótese, impossível de ser verificada através dos processos de que se serve o historiador. É sobre essa hipótese que ele trabalha, tirando conclusões que não podem ser as de um sociólogo. Ninguém vai exigir de um advogado que seja mais que advogado, isto é, o prático que expõe e avalia as provas unilateralmente, com o espírito voltado para a defesa de seu constituinte (JOBIM, op. cit.).

⁵ Tais ponderações são frutos de adaptação de um curso ministrado pelo autor (na Universidade de Paris), em 1957, e se tornam mais interessantes por serem a visão de um jornalista sobre as aproximações entre a história e o jornalismo.

Já a jornalista Christa Berger, em estudo sobre o *movimento dos sem-terra* no jornal *Zero Hora*, também faz a sua distinção entre o jornalismo e a história:

a característica que identifica o jornalismo, a história e a ficção, ou seja, a expressão verbalizada de uma realidade, também marca a sua diferença. A intenção do olhar dos narradores/autores serve de metáfora para explicar as diferenças. O jornalista *olha* o acontecimento acontecendo por todos os lados. Busca pessoas e cenas. Seu movimento é de aproximação distanciada. O tempo é o presente, ele trabalha com o aqui e o agora e seu texto repercute instantaneamente. O historiador *olha* o acontecimento acontecido através de outros olhares. Busca nos documentos, depoimentos e arquivos os elementos para refazer o trajeto do fato, reconstruindo-o na distância do tempo, contando com isto para a garantia do distanciamento (BERGER, 2003: 18-19).

Em todo caso, mais do que um distanciamento, tem-se uma aproximação do *fazer história* e do *fazer jornalismo* na busca pela “verdade dos fatos”, porém distanciada pela perspectiva do tempo em que cada ação se desenrola, o jornalista analisa a sua “ação”, enquanto o fato ainda “está quente”, recém-acontecido; ou, como tão bem explicita o jornalista português Nelson Traquina,

os jornalistas são freqüentemente obrigados a elaborar a notícia, a escrever a “estória”, em situações de grande incerteza, com falta de elementos, confrontados com terríveis limitações temporais, pressionados pela concorrência de outros órgãos de informação. Ainda mais, precisam seleccionar certos acontecimentos dentro duma avalanche de múltiplos acontecimentos, fazendo escolhas quase imediatas, sem grande tempo para reflectir sobre o significado e o alcance histórico do que acaba de acontecer e que “precisa” de ser informado imediatamente (TRAQUINA, 1993: 12).

De forma diversa, o historiador se relaciona com a sua fonte de informação; afinal, ele (o historiador) analisa o mesmo fato “gelado”, com muitos anos de distanciamento, já terminado, e com todas (ou quase todas) as devidas conclusões tomadas. Assim, o historiador muitas vezes começa a analisar o seu objeto de estudo já sabendo o final da história, enquanto o jornalista o analisa sem saber que rumo o acontecimento tomará. Em relação ao jornalismo, Danton Jobim acredita que

desde o nascimento do grande informativo que os historiadores dispõem de um **espelho de muitas faces refletindo os acontecimentos sociais sob vários ângulos**, oferecendo-lhe, pois, a imagem viva e cambiante da nossa existência cultural, política, econômica, bem como de nossos

costumes. Todo o universo num retrato dinâmico, em incessante mudança, eis o que essas enciclopédias cotidianas parecem querer aprisionar em suas páginas. Só o conseguem, por certo, captar em doses infinitesimais e, além do mais, deformando as imagens, mas o fato é que todo esse registro é uma contribuição inexcedível para a história, todos esses comentários e notícias são história, no senso lato da expressão. Mais propriamente, só o serão na medida em que o historiador os recolha, pondere e coordene na síntese. (JOBIM, 1992: 29 – grifos acrescentados).

Destaco algumas palavras da citação, por considerar que não foram usadas de modo aleatório, mas sim que exprimem bem o modo como o autor considera a sua profissão. Isto é, ao utilizar a palavra “espelho” Jobim remete ao modo como ele mesmo considera o *fazer jornalismo*, ou seja, como um reflexo do que se tem na realidade e na sociedade, e não como uma versão dos acontecimentos mediada pelo seu próprio olhar, sua visão de mundo, seus preconceitos e conceitos. Nelson Traquina faz algumas considerações a esse respeito que merecem aqui ser evocadas. Para ele, a evolução do jornalismo, e em particular da imprensa no decorrer do século XIX, trouxe uma “subordinação da lógica político-ideológica à lógica econômica”, o que teria acarretado uma

procura de públicos mais vastos, crescentes vendas e receitas (incluindo a publicidade) e a apresentação de um produto que privilegia factos e não opiniões e implica um novo conceito de notícia, em termos dos interesses de uma nova classe de leitores. Numa época marcada pelo positivismo, também os jornalistas são levados ao culto dos factos e à tarefa de reproduzir fielmente a realidade, impressionados com novos inventos, como a máquina fotográfica (TRAQUINA, 1993: 23).

Isso talvez tenha afetado a forma como os jornalistas pensam a sua profissão até os dias de hoje, como se pode acompanhar neste outro texto de Traquina, em que o autor (ao discorrer sobre a evolução dos estudos do jornalismo), chama a atenção para a chamada *Teoria do Espelho*:

as notícias apenas reflectem o mundo exterior porque os jornalistas são observadores neutros, [...] limitam-se a recolher a informação e a relatar os factos, porque, enfim, os jornalistas são simples mediadores que “reproduzem” o acontecimento na notícia (TRAQUINA, 1993: 133).

É dessa forma que Danton Jobim, em pleno século XX, define o *fazer jornalismo*, como se pode constatar na leitura dos excertos

apresentados anteriormente. Outra jornalista que descreve sua profissão praticamente nos mesmos termos é Asne Seierstad, conhecida por seu livro *O livreiro de Cabul*. Ao compilar uma série de reportagens sobre a guerra ocorrida em Bagdá em 2003 para publicá-las em livro – *101 dias em Bagdá* – assim descreve a sua profissão: “A minha tarefa, como jornalista em pleno caos bélico, não foi julgar, prever ou analisar; mas sim olhar, perguntar e contar. A minha maior vantagem foi *estar* ali, com meus olhos e ouvidos” (SEIERSTAD, 2006: 12). Tal questão de ser uma testemunha ocular dos acontecimentos será tratada com mais vagar no decorrer de minha explanação.

Assim, devem-se ter alguns cuidados ao incorporar os escritos dos jornalistas em qualquer texto de caráter histórico.

Um outro aspecto que não se deve esquecer, quando lidamos com a imprensa, é a transitoriedade e vida curta que um jornal diário e suas matérias possuem, limitados a pouco mais de 24 horas e mesmo enclausurado nessas horas, pois somente pesquisadores é que se interessam por ler “jornais velhos”, por assim dizer. Mais uma vez, as ponderações de Traquina são interessantes ao lembrar que

é o próprio conceito de “atualidade” que constitui o coração e a alma da actividade jornalística: o jornal [...] [é suposto] de dar a conhecer o que há de “novo”, o que “acaba” de acontecer. Lemos o jornal para saber o que é que aconteceu ontem e não há 15 dias [...]. Os acontecimentos devem ser actuais; a própria actualidade constitui um factor de noticiabilidade (TRAQUINA, 1993: 174).

Vêm ao encontro dessas constatações as seguintes ponderações de Jobim:

O jornalista, ao comentar um acontecimento, não o faz com o ânimo de servir à história, de pronunciar um juízo de valor perene. O máximo que se lhe pode pedir são conclusões provisórias [...]. Por isso mesmo nenhum mortal está mais sujeito à incoerência do que ele. As revisões de julgamento, as mudanças de ponto de vista em face das situações novas, decepcionam o público e podem desacreditar um jornal, mas são inevitáveis [...]. As idades, as épocas, os séculos, os anos, sequer os meses, não dão a medida do tempo para o jornalista. O passado, para ele, é o dia de ontem – talvez menos que isso. Impossível exigir-lhe, pois, perspectiva histórica. Mas que imenso e riquíssimo acervo de documentos oferece um jornal moderno para os que se vão incumbir de escrever a história desses tempos! (JOBIM, 1992: 28-29.)

Nesse sentido, Christa Berger também pondera:

à primeira vista, à imprensa cabe noticiar os acontecimentos do passado imediato, não só para informar aos cidadãos o que acontece ao seu redor (do bairro, do planeta) mas, também, para registrar o que no futuro servirá de matéria-prima aos historiadores na tarefa de escrever a história do passado (BERGER, 2003: 17).

Ainda, Jean-Pierre Rioux lembra que a *missão quotidiana* do jornalista

consiste em forçar a atenção do leitor [...] em mergulhar sem enfado na torrente ininterrupta de acontecimentos confusos que faz a atualidade, em vencer a angústia da pequena morte diária – a página de jornal é destinada ao lixo, a palavra e a imagem voam sem deixar traço tangível e são pouco arquivadas – redobrando de profissionalismo, só de acreditar que ele trabalha para o futuro ou de sonhar em editar um dia em volume seus trechos escolhidos (RIOUX, 1999: 120).

Já a profissão do historiador, ou o *fazer história*, é assim descrita por Rioux:

O historiador, este se move comodamente desde o fim do século XIX em seu triplo papel de sábio moderno exercido na crítica das fontes, de grão-sacerdote da memória nacional e de intelectual em pleno exercício. Ele mantém uma discussão permanente com seus confrades em ciências sociais, constrói e erige a distância seu objeto de estudo e lhe dá assim um estatuto científico, procura sempre inserir o acontecimento singular na cadeia de um tempo significativo, tenta distinguir o perdurável do efêmero, relata os fatos sem ser perseguido pela hora do “fechamento” [...]. Ele escolhe o momento, torna objetivo seu propósito, pretende dar sentido, enquanto que o jornalista é o homem apressado que relata fatos juntados, que acredita entregar a vida em estado bruto, mas que a simplifica e desfigura mediatizando-a em jato contínuo, que recolhe material de qualquer jeito e inventa fontes sem poder tratá-las (op. cit.: 120-121).

De tal forma, a distinção entre a história e a imprensa deve ir mais além do que o sentido mais comum da palavra, ou seja, do destaque que se dá ao fato de que a imprensa trabalha com o imediato, com o hoje, e a história se preocupa com o ontem, o passado. Maria Lourdes Motter também apresenta tal distinção, acentuando o aspecto da cotidianidade na imprensa como

aquele que, restrito a um espaço de vinte e quatro horas, envolve a escolha dos acontecimentos, que merecem ser elevados à categoria de

notícias, dentro da multiplicidade do acontecer na vida dos homens [...]. A importância da escolha, freqüentemente aleatória, do ponto de vista do leitor (não do ponto de vista do jornal), está na atribuição de *status* ao acontecimento pela sua divulgação e inscrição como registro impresso num documento histórico que é o jornal (MOTTER, 1990: 56).

Assim se ressalta, no trabalho com o jornal, a atribuição de “acontecimento” que é dada à matéria veiculada nesse meio de comunicação, ou seja, ao registrar um fato nas páginas do jornal, ele é elevado à categoria de acontecimento que mereceu destaque em relação a outros fatos que foram colocados de lado. Conforme Adriano Duarte Rodrigues,

o acontecimento jornalístico é, por conseguinte, um acontecimento de natureza especial, distinguindo-se do número indeterminado dos acontecimentos possíveis em função de uma classificação ou de uma ordem ditada pela lei das probabilidades, sendo inversamente proporcional à probabilidade de ocorrência (RODRIGUES, 1993: 27).

Diz Motter: “história e imprensa, enquanto produtos do fazer humano, mediados pela linguagem, interferem de modos diversos na constituição da consciência e na visão que o homem tem do mundo e de si” (MOTTER, 1990: 55). Chama a atenção, nessa citação, a ênfase dada à linguagem que aproxima o jornalista do historiador, mas ao mesmo tempo os diferencia pela forma como tais profissões são encaradas na sociedade. Nesse ponto, Motter e Berger concordam plenamente.

Outro autor que trabalha com a questão da diferenciação entre a história e a imprensa é Maurice Mouillaud, um dos autores da obra *O jornal: da forma ao sentido* e que, distinguir entre a atualidade [o presente que sai nos jornais diários] e a história, diz:

a atualidade parece sem memória porque é feita de presentes que se apagam uns aos outros. O jornal não faz memória, e a coleção de um jornal não tem existência para seu leitor. O fundamento da Atualidade é o próprio leitor. É a seu presente que ela é ligada e é nele que ela encontra sua evidência. [...] Mas se a coleção não se constitui de memória para o leitor, ela pode se constituir de um arquivo para o historiador [...]. Da Atualidade à História, se é que há uma passagem, esta exige uma conversão da leitura espontânea do jornal (MOUILLAUD, 1997: 77).

Levando em consideração as ponderações apresentadas até aqui, pode-se concluir que, para utilizar a imprensa como fonte, deve-se, em primeiro lugar, levar em consideração a leitura que o pesquisador

faz, ao buscar meticulosamente na imprensa suas informações, e que se difere e muito da leitura do leitor usual do jornal que, no seu dia-a-dia, muitas vezes se concentra apenas nos títulos das matérias, para então dedicar um pouco mais de tempo aos assuntos que mais lhe chamem a atenção. Não é isso o que historiador faz, ao agregar matérias de periódicos no seu *corpus documental*. Antes de qualquer coisa, o pesquisador está à procura de um tema específico e faz uma seleção rigorosa nas páginas do periódico eleito por ele como fonte principal de seu trabalho, passando aí a reunir todas as menções ao fato pesquisado, num período de tempo também determinado por ele.

FORMAS DE INSERÇÃO DO TEXTO JORNALÍSTICO NAS PESQUISAS HISTÓRICAS

Agora é chegado o momento de se perguntar de que forma as matérias dos periódicos podem ser agregadas ao *fazer história*. Começo apresentando as considerações de Cláudio Elmir, autor de um artigo que trata especificamente da questão de se trabalhar com os jornais como fonte, e que começa a sua explanação nos lembrando que

a imprensa não informa história, simplesmente. Se fosse assim, a história enquanto campo de investigação precisaria apenas se apropriar dos dados fornecidos pelos jornais. E quem já não pensou em retirar das páginas de um periódico os elementos necessários para reconstituir um momento da história? (ELMIR, 1995: 21)

Também não se deve esquecer da ilusão de transparência, verdade e objetividade que a linguagem jornalística impõe ao nosso imaginário e, assim, deve-se ficar atento a esse ponto, ao incorporar qualquer matéria de um periódico no *corpus documental* de uma pesquisa. Conforme Maurice Mouillaud,

na retórica da informação, o discurso (falado) adere à instituição que está encarregado de ilustrar; ele supõe a presença daquele que o enuncia e daqueles aos quais se dirige. A fala é prisioneira e se dirige a públicos que são também cativos. Ele visa à persuasão (MOUILLAUD, 1997: 57).

Ou seja, devemos ter em mente que os jornais, e igualmente os jornalistas, não são imparciais, apesar desta roupagem de imparcialidade e verdade que nos passam cotidianamente. Danton Jobim comenta estes fatos acentuando que, apesar da aproximação que existe entre o fazer história e o fazer jornalístico, no que diz respeito à procura pela “verdade” dos fatos, cada um o faz com o rigor e a

distinção da sua própria profissão. Para Jobim, o trabalho do historiador se diferencia do trabalho do jornalista principalmente pelo rigor do método que o primeiro aplica nas suas fontes de informações, mas acentua que o historiador deve lutar com as dificuldades impostas pela distância no tempo em que se encontra do fato que observa, enquanto o jornalista, ao investigar em primeira-mão, ou “a olho nu” e desarmado de “qualquer outro instrumento que não a sua intuição”, beneficia-se de forma enganosa do fato de ser “testemunha ocular da história”. Diz ainda: “o repórter deve surpreender os acontecimentos, dando sua versão sobre eles antes que amadureçam e produzam suas conseqüências” (JOBIM, 1992: 33). Tal como já se destacou anteriormente.

De modo análogo, Clarice Esperança aponta que, desde a Antiguidade Clássica, “constrói-se, na sociedade ocidental, uma mística do relato ocular como sendo, ao mesmo tempo, prova dada pela visão e aval da verdade. É o duplo caráter no qual se baseia a autoridade do testemunho” (ESPERANÇA, 2006: 238). Por tal motivo, é tão difícil fazer uma crítica ao que se lê cotidianamente nas páginas de um jornal.

Márcia Espig é mais uma autora que salienta que o jornal, para sobreviver no dia-a-dia das publicações e vender seu produto (o exemplar do jornal), deve gozar de um relativo prestígio dentro de sua sociedade, e manter com o seu leitor o que a autora chama de “relação circular com o real”, ou seja,

ao mesmo tempo em que dá exteriorização a um determinado discurso criador de significados, também encontra-se atrelado ao que é possível dizer, isto é, seu discurso não pode fugir da visão de mundo presente naquela sociedade, sob o risco de tornar-se algo sem sentido (ESPIG, 1998: 277).

Do mesmo modo, para Bethânia Mariani, “a imprensa não é o ‘mundo’, mas deve falar sobre esse mundo, retratá-lo, torná-lo compreensível para os leitores” (MARIANI, 1998: 60-61). Assim se destaca, no trabalho com os periódicos, a necessidade de se fazer um breve estudo sobre a época em que tais matérias foram escritas, para não se cair num anacronismo absurdo ao exigir posicionamentos e visões de mundo que, de modo algum, eram possíveis na época em questão⁶.

⁶ Do mesmo modo, o historiador estadunidense Robert Darnton chama a atenção para o cuidado que se deve ter ao analisar dados aparentemente sem sentido para nós, na atualidade. Darnton expõe, no seu estudo, uma hilariante (no século XVIII) piada de matança de gatos, da qual hoje em dia não achamos a mínima graça, e conclui: “Nossa

Levando-se em consideração os limites e diferenciações dos trabalhos dos historiadores e dos jornalistas, cabe agora tentar responder a nossa pergunta: qual a melhor maneira de se aproximar das fontes jornalísticas?

Uma das respostas possíveis é a proposta por Cláudio Elmir, que aponta, no seu artigo, alguns cuidados que se deve ter ao trabalhar com os jornais, dos quais destaco os seguintes pontos:

O jornal jamais pode ser visto como um dado, a partir do qual abstraímos os elementos de uma suposta realidade. O jornal, como um conjunto de páginas, é o receptáculo de textos que exigem de nós uma leitura diferente daquela que fazemos todos os dias em nossa porta. [...] a leitura deve ser meticulosa, deve ser demorada, deve ser exaustiva – e muitas vezes é mesmo enfadonha. [...] é preciso não desconsiderar, assim, a defasagem que existe entre a formulação do discurso inscrito no periódico em relação a nossa experiência de leitura (ELMIR, 1995: 21-25).

Também Renée Zicman, no artigo “História através da imprensa – algumas considerações metodológicas”, enumera as vantagens de se utilizar a imprensa como fonte documental da história: “os jornais são ‘arquivos do cotidiano’ registrando a memória do dia-a-dia, e este acompanhamento diário permite estabelecer a cronologia dos fatos históricos” (ZICMAN, 1985: 90). Enfatiza ainda que a disposição espacial da informação e o tipo de censura que a imprensa não sofre (por exemplo, uma triagem, uma seleção, assim como o sofrem outros tipos de documentos, antes do seu arquivamento) devem ser levados em consideração, quando se incorpora tal fonte aos estudos históricos. Bethânia Mariani traz uma importante contribuição sobre as questões relativas à leitura que a imprensa faz dos acontecimentos e, como o discurso jornalístico produz não só sentido, mas também memória. A autora adverte que

cada jornal vai construindo uma visão de mundo específica e diferente [...] o discurso jornalístico produz leituras do mundo, isto é, se temos consciência de que ele interpreta (e, até mesmo produz) os acontecimentos, qual e como poderá ser o gesto de leitura do pesquisador interessado em analisá-lo? (MARIANI, 1999: 103)

incapacidade de entender a piada é um indício da distância que nos separa dos operários da Europa pré-industrial. [...] Quando se percebe que não se está entendendo alguma coisa [...] existe a possibilidade de se descobrir onde captar um sistema estranho de significação, a fim de decifrá-lo”. DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da História Cultural Francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 106.

Nesse sentido, as ponderações de Zicman vêm ao encontro deste questionamento, ao salientar que

devemos lembrar que na Imprensa a apresentação de notícias não é uma mera repetição de ocorrências e registros, mas antes uma causa direta dos acontecimentos, onde as informações não são dadas ao azar, [...] todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio filtro. [...] há uma linguagem específica da Imprensa produzida pelo sistema global de informação [...] composta por três elementos principais: a expressão escrita (textos, manchetes,...), a expressão icônica (fotos, desenhos,...) e a composição do jornal (distribuição dos artigos e colunas pelas páginas do jornal) (ZICMAN, op. cit., p. 89-91).

Assim, parece ser correto compreender o material encontrado nos periódicos não como um conjunto de informações válidas por si mesmas, mas como representações possíveis acerca do assunto pesquisado. Representações essas que, segundo Márcia Espig, foram construídas em uma realidade, sobre a qual incidem determinados filtros (ESPIG, 1998: 276). Acredito que os periódicos são fontes através das quais podemos observar e remontar o dia-a-dia da época pesquisada, sendo uma das formas de se ter acesso às opiniões da intelectualidade sobre as mais variadas questões e também uma das maneiras de se ter acesso ao cotidiano de uma época e de sua visão de mundo.

REFERÊNCIAS

BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAPELATO, Maria H. R. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2002.

_____. *A história cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

ELMIR, Cláudio Pereira. Armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*. Porto Alegre, n. 13, dez. 1995.

ESPERANÇA, Clarice Gontarski. Testemunhas ou fontes: relações e desencontros entre jornalistas e historiadores. *Em Questão*. Porto Alegre, v.12, n. 2, jun.-dez. 2006.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do

- Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, PUCRS, v. 24, n. 2, dez. 1998.
- GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001
- JOBIM, Danton. *Espírito do jornalismo*. São Paulo: EDUSP/ComArte, 1992.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1990.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- _____. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico – A Revolução de 30. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. (Org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra-Luzato, 1999.
- MOTTER, Maria Helena. História e imprensa. *Revista Comunicações e Artes*. São Paulo: USP, n. 24, p. 55-61, set.-dez. 1990.
- MOUILLAUD, Maurice. Crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- PESAVENTO, Sandra J. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- RIOUX, Jean-Pierre. Entre história e jornalismo. In: CHAVEAU, Agnes (Org.). *Questões para a história do presente*. São Paulo: EDUSC, 1999.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1993.
- RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1993.
- SEIERSTAD, Asne. *101 dias em Bagdá*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1993.
- ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Projeto História*. São Paulo, n. 4, jun. 1985.

NORMAS EDITORIAIS PARA OS COLABORADORES

Os artigos encaminhados para publicação deverão observar as seguintes especificações técnicas:

1. O artigo deverá ser inédito e possuir o máximo de 15 (quinze) laudas, incluindo apresentação do autor e sua qualificação logo abaixo do título, resumo e palavras-chave (em português e em inglês ou francês), apresentadas abaixo do resumo. As referências devem ser apresentadas no formato (AUTOR, data: página), e podem ser incluídas no texto notas explicativas e bibliografia ao final, de acordo com as regras da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Ex: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 7 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

2. O artigo deverá ser enviado em arquivo eletrônico em uma via digitada em formato A4 (210 x 297mm), fonte Times New Roman, corpo 12 e espaçamento interlinear 1,5; em arquivo compatível com Microsoft Word 7.0, endereçado ao e-mail: revista.historiae@furg.br.

3. Os artigos deverão vir acompanhados, em anexo, de versão resumida do Currículo Lattes dos seus autores, com cerca de um parágrafo.

4. Os autores deverão informar seu endereço eletrônico e, se desejar, seu telefone para contato. Também deverão informar o endereço para envio de exemplar da revista, em caso de inclusão de trabalho.

5. Os artigos deverão ser enviados somente para o e-mail indicado.

6. Todos os artigos entregues dentro do prazo, com as especificações constantes nos itens 1, 2, 3, 4 e 5, serão encaminhados ao Corpo Editorial, que procederá à seleção, a qual abrangerá, dentre outros itens, a adequação do volume de artigos ao projeto técnico da revista. O Comitê Editorial Assessor colaborará no processo de apreciação de trabalhos.

7. As decisões do Corpo Editorial concernentes ao disposto no item anterior serão irrecorríveis.

8. Cada autor poderá incluir no máximo um artigo em cada uma das edições da Revista *Historiæ*.

9. Além de artigos, a *Historiæ* receberá também resenhas, que deverão seguir as mesmas determinações dos itens 1, 2, 3, 4 e 5, porém observado o limite de 8 laudas.

10. Os trabalhos que não atenderem a qualquer dos itens aqui estabelecidos não serão apreciados pelo Conselho Editorial.

11. A revista *Historiæ* será impressa e distribuída pela Editora da FURG e o seu intercâmbio será promovido pelo Núcleo de Informação e Documentação da FURG.

12. Os direitos autorais dos trabalhos publicados na revista *Historiæ* caberão à Editora da FURG.

13. Cada autor de artigo publicado na revista *Historiæ* receberá um exemplar da publicação.

14. A revista *Historiæ* também apresentará uma versão eletrônica, com conteúdo idêntico à versão impressa.

15. A entrega dos artigos será em fluxo contínuo e a inserção dos mesmos ficará a critério do Corpo Editorial.

16. Qualquer dúvida ou caso omissos referente à elaboração da revista *Historiæ* será dirimida pelo Corpo Editorial.

EDITORA E GRÁFICA DA FURG

Rua Luis Lorea, 261

www.vetorialnet.com.br/~editfurg/

editfurg@mikrus.com.br